

5 Conclusão

É possível muitas coisas serem verdadeiras
ao mesmo tempo, mesmo que se contradigam.
Humberto Eco

O efeito dessas narrativas essencializadas sobre a educação de surdos e sobre o Instituto Nacional de Educação de Surdos é a produção de inúmeros apagamentos que nos desafiam a buscar, em meio aos escombros de ideias soterradas sob conceitos soterrantes, novos sentidos para novas narrativas. A circulação das ideias educacionais, a presença de importantes educadores de projeção nacional, a política nacional e a presença de diversas redes de intelectuais no Instituto - como as que enredaram Benjamin Constant, Meneses Vieira, Tobias Leite, no século XIX; Cecília Meireles, Carlos Drummond de Andrade e Armando Lacerda, nos anos de 1930; Anísio Teixeira e Ana Rímoli, nos anos de 1950- desafiam-nos a lançar um outro olhar para a história desse campo da Educação e para o Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Tantas dicotomias desafiam o nosso dicotômico campo. Também há o debate entre o ensino de natureza pedagógica e o ensino de natureza clínica. O Instituto, por exemplo, vem sendo narrado pela ótica de ter seguido uma tradição *oralista*, priorizando o trabalho clínico (leia-se aquisição de linguagem oral), em relação ao pedagógico. Seria um bom debate tentar fazer a distinção entre método pedagógico e método clínico, envolvendo alunos surdos. Nas palavras de Soares (1999, p. 3),

(...) não pretendo, aqui, negar a importância dos estudos voltados a linguagem do surdo, mas considero que uma pesquisa voltada aos problemas da escolaridade do surdo impõe buscar compreensão para além da lingüística. Obviamente que sem linguagem não há cognição, entretanto, as questões, que estão presentes na escolaridade do surdo, certamente, não são somente de caráter lingüístico.

Soares (1999) considera que o debate e a alternância do ensino pelos gestos ou pela fala não contemplaram projetos de ensino dos conteúdos disciplinares presentes na educação regular. Ou seja, a preocupação era somente desenvolver uma habilidade comunicativa, sem foco no ensino propriamente dito.

Estamos diante de muitas questões. Como pensar a educação de surdos fora do debate linguístico? Como dissociar o debate linguístico do educacional? Como delimitar o campo da educação de surdos? Quais são as suas mais importantes intersecções? Com a educação comum? Com a educação especial? Com a linguística? Os debates têm sido polares e quando escapam da lógica polar caem na ideia de um trabalho mais ligado à caridade.

Dos três pilares do Iluminismo, Igualdade, Liberdade e Fraternidade, talvez, esse último seja o que tenha menos capital acumulado. O ideal de igualdade é central no pensamento marxista, o de liberdade é central no pensamento liberal e a fraternidade parece que não goza de boa reputação no campo das ideias. É uma espécie de filha bastarda do Iluminismo, girando em torno do pensamento religioso e atualmente das redes sociais ou mesmo do movimento hippie nos anos 1960. A ideia de caridade que pode estar associada a esse ideal sucumbe em críticas erosivas relativas às suas ações. Não é sem propósito que o livro de Lane chama-se *A Máscara da Benevolência*. Os benevolentes são execrados e suas ações estão coladas na supressão dos sinais, na imposição da linguagem oral ou mesmo na ausência de projetos educacionais, dando-se prioridade aos assistenciais.

É preciso que consideremos a arena na qual o debate acerca da educação de surdos se deu no Brasil e em outros países. Esse debate está circunscrito aos limites territoriais dos grandes Institutos públicos e privados. Naturalmente esses espaços assumiam inúmeros perfis, em decorrência de suas condições objetivas de funcionamento e do perfil de seus alunos. De toda sorte, para que possamos sair desse claustro de compreensão, precisamos, além de mudar o olhar para esses Institutos, desenvolver estudos de como se deu a educação de surdos nas classes mais abastadas, no âmbito privado. Os conteúdos do que se tem produzido no campo está circunscrito ao que aconteceu somente às instituições especializadas em educação de surdos. Portanto, nossa intersecção com o mundo do conhecimento e das ideias pedagógicas, sociais e políticas só é conhecida no âmbito linguístico ou da caridade (Institutos/asilos) por ser essa a apropriação que tem sido praticada quanto à circunscrição dessas instituições. Sendo assim, é quase impossível avançar o olhar e mudar-lhe a sorte. Se não mudar a circunscrição, sem mudar a dimensão do território,

só encontraremos as mesmas narrativas claustrofóbicas. Para além e para aquém dos muros do castelo, para além e para aquém do claustro, uma riqueza extraordinária espera por pesquisadores interessados em contar outras histórias.

Na divulgação do trabalho de um professor presente num manual de Viana do Castelo, Portugal, do início do século XX (ver anexo), aparece uma pista importante para essas nossas reflexões, quais sejam: como se deu à educação de surdos em âmbito privado? O que era oferecido?

Assim, de modo provisório, concluo que não foi a educação de surdos que não dialogou com a educação regular ou com as políticas nacionais. O que não há é pesquisa sobre esses diálogos.

Faço, então, algumas sugestões de estudos para que possamos remover o entulho ideológico que aprisiona o campo. Podemos pesquisar: os diálogos do Instituto com instituições similares em outros países; a presença do pensamento educacional brasileiro no Instituto; a atuação de Meneses Vieira, um dos mais importantes educadores do século XIX na instituição; a circulação de ideias abolicionistas no Instituto; o perfil dos alunos do Instituto; a questão de gênero; a criação da fonoaudiologia no Brasil; a alfabetização das camadas populares; o ensino profissionalizante, dentre outras. A relevância desses estudos no âmbito do Instituto é por ter partido dele, principalmente, por mais de um século, o sentido da educação de surdos no Brasil. Também demandam pesquisas os modos pelos quais os surdos de classes mais abastadas desenvolveram seus estudos, inserindo nessa investigação os respectivos projetos educacionais, e com quais resultados.

Por fim, para que as narrativas históricas sobre tempos pretéritos não fiquem prejudicadas pelas nossas intenções do tempo presente, penso que devemos, sobretudo, evitar nutrir expectativas relativas ao que passou. Um devir para o passado é uma armadilha para nos perdermos dele ou nele. Para enfrentarmos os processos históricos é preciso, primeiramente, reconhecê-los. Devemos nos despir da tentação do *se*. Assim como a Antropologia sinalizou o equívoco do olhar etnocêntrico para o estudo de sociedades *diferentes* daquelas de quem debruça o olhar investigativo sobre elas, podemos apontar o equívoco do olhar *cronocêntrico* para a história. É recorrente o tribunal armado para julgar o trabalho do médico Itard, trezentos anos depois de sua

realização. Impressiona a enurrada de *se* que envolve a análise do trabalho do iluminista Itard com o menino achado nas florestas de Aveyron.

Historicamente, como vimos, as discussões travadas acerca do processo de escolarização envolvendo pessoas surdas tinham como questão central a aquisição de uma linguagem que poderia ser oral ou escrita. Embora apresentado repetidamente como embate dominante – a disputa entre a aquisição de linguagem oral e a utilização da linguagem de sinais –, também emergem da história, numa pesquisa mais aprofundada, projetos para aquisição de linguagem escrita. É possível afirmar que o embate acima mencionado tenha sido travado muitas vezes em função da escolha de qual das duas modalidades linguísticas, por exemplo, favoreceriam o desenvolvimento da escrita. E certamente essas perspectivas se alteravam na rota da história.

Se Esmeralda me repetisse hoje sua indagação de vinte e sete anos atrás, penso que diria a nós: *O que mais podemos ver além disso?*